

A POLÍTICA DE ALEXANDRE, O GRANDE, E SUAS REPRESENTAÇÕES MONETÁRIAS

CLÁUDIO UMPIERRE CARLAN^{*}
ESTELA FARIA^{**}

RESUMO

Este texto procura apresentar a moeda como um importante documento histórico. Como fonte principal utilizaremos as moedas de Alexandre III, o Grande, pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A moeda estruturalmente ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

PALAVRAS-CHAVE: moeda, poder, Roma.

ABSTRACT

This paper is aimed at coins as important historical documents. The main study source is the coins of Alexander III, the Great. Such collection is stored at the National Historical Museum in Rio de Janeiro, Brazil. Scholars are mostly interested in social and economic aspects, relegating to a secondary role the raw material and even the ideological concerns, so important ideologically.

KEY WORDS: coin, power, Roman Empire.

INTRODUÇÃO: A MOEDA COMO FONTE HISTÓRICA

O homem desenvolve diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto linguísticas, expressas pela sua consciência. Podemos afirmar que “os símbolos políticos são definidos como símbolos que funcionam até um ponto significativo na prática do poder” (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987: 1115).

O estudioso da moeda se tem preocupado mais com o corpo econômico e social a que ela servia do que com o metal que a produzia

^{*} Professor de História Antiga da Universidade Federal de Alfenas – Unifal; Doutor em História Cultural pela Unicamp; Pesquisador Associado ao Grupo de Estudos em Arqueologia Histórica (Unicamp) e Península Ibérica: da Antiguidade Tardia à Reconquista (Unifal)

^{**} Acadêmica do curso de História – Unifal

e a informava. Estruturalmente este ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

A moeda tem sido estudada pelos historiadores sob o prisma de mercadoria, objeto de troca. Procurou-se ligá-la com a história social, ou seja, com os reflexos que a mutação monetária produzia na sociedade no que tange a salários, custo de vida e os consequentes comportamentos coletivos perante estes.

O homem contemporâneo dificilmente poderia ligar a moeda, ou as representações antigas, como um meio de comunicação entre povos distantes. Ao possuidor de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal nobre ou não em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava a riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. É dentro deste último aspecto que pretendemos explorar a fonte numismática.

De maneira geral, o estudo das amoedações, na Antiguidade, se divide em dois estágios: teórico, que analisa os fundamentos da ciência, como a nomenclatura, as bases de classificação e outras generalidades (CLAIN-STEFANELLI, 1984: 121); e histórico e descritivo, que identifica o papel da moeda nas diferentes civilizações do mundo, descrevendo e classificando as mais complexas emissões monetárias (GRIERSON, 1979: 35).

Desde a sua primeira cunhagem, segundo Heródoto, na Lídia, durante o século VII a.C., a moeda passou a ter um valor mais político e religioso que econômico.

Para Florenzano, a moeda é a imagem reduzida de uma ideia, que tem os seus objetivos ideológico e políticos, não apenas comerciais. Por esse motivo, os grandes depósitos monetários eram feitos em templos, santuários ou locais sagrados. A imagem do reverso (coroa) teria o poder de afastar o mal. Já a moeda falsa teria um poder maligno, sendo assim evitada (FLORENZANO, 2002: 59).

Não podemos esquecer que Caronte, o barqueiro, figura mitológica que transportava os mortos para o mundo inferior, era pago com um *óbolo*, moeda de prata inferior ao *dracma*.

Os gregos tinham o costume de deixar essa moeda embaixo da língua do cadáver ou uma em cada olho. Essa tradição ainda é comum no nordeste brasileiro, onde os recém-mortos são enterrados com uma moeda em cada olho. Reflexos de nossa herança lusitana.

Segundo o numismata belga Hubert Frère, não podemos

esquecer da importância do local no qual tenha sido encontrada a documentação numismática, como edifícios, fontes, rios, pontes, estátuas, palácios, entre outros (FRÈRE, 1984: 34). Cada um desses sítios pode influenciar as mais diferentes análises, dando uma valorização à interpretação da ciência arqueológica, tese também defendida por Bloch e Cousin (1964: 443).

Alexandre III, o Grande, é considerado pela maioria dos numismatas o primeiro a cunhar moedas com o seu busto, no anverso (cara). Anteriormente eram representadas divindades ou personagens ligadas à mitologia.

O GOVERNO DE ALEXANDRE

Alexandre, o Grande, nasceu no ano de 356 a. C. e faleceu em 323 a.C., filho de Filipe II e Olímpia. Segundo Plutarco¹, do lado paterno descendia de Hércules², e do lado materno, dos Eaclides.

Desde pequeno ambicionava a fama de um homem eloqüente. Assume o reino aos 20 anos, quando seu pai é assassinado, e se preocupa em castigar severamente os envolvidos no crime.

Alexandre foi um grande general e o mais célebre conquistador do mundo antigo. Apesar de ter um curto reinado, conquistou um império que ia dos Balcãs à Índia, incluindo também o Egito e a Bactria (atual Afeganistão).

É considerado um homem de visão, extremamente inteligente. Tentou criar uma síntese entre o Ocidente e o Oriente, estimulando o casamento de seus soldados com mulheres persas. Ele mesmo se casa com uma princesa bactriana.

Respeitava seus inimigos, nunca perdeu uma batalha e era um grande admirador das ciências e das artes. Um bom exemplo é a celebre Alexandria, o maior centro cultural, científico e econômico da antiguidade, até a ascensão de Roma.

Acometido por uma febre e padecendo de profunda alteração, morreu aos 30 do mês de *desius* (maio/junho), sendo que na época não se desconfiou de envenenamento.

Segundo Diana Bowder, o reinado de Alexandre pode ser dividido em quatro períodos:

- I. Primeiro período, de 334 a 330 a.C.: abrange desde a conquista da Pérsia até a morte de Dário III, cuja derrocada foi precedida por três

¹ Plutarco de Queroneia (46 a 126 d.C) filósofo e prosador grego.

² Hércules (Héracles): herói da mitologia grega, filho de Zeus e da mortal Alcmena.

grandes vitórias: no rio Granico (334), em Isso (final de 333) e em Gaugamela (ou seja, Arbela; final de 331). Outros acontecimentos notáveis desse período foram o corte do nó górdio (333 a.C.), a visita ao oráculo de Amon, em Siwah (331 a.C.), a fundação de Alexandria no mesmo ano.

- II. Em 330-327 a. C., Alexandre enfrentou a resistência de Besso (capturado em 329 a.C.) e a oposição nacionalista liderada inicialmente por Espitames (329-328 a.C.) que só terminou com a captura dos penhascos de Sogdiana e de Cariene. Esse foi o período da introdução dos primeiros costumes orientais no protocolo da corte, do casamento com Roxane, da fundação de oito Alexandrias.
- III. Em 327 a.C., Alexandre entrou na Índia. O avanço inexorável para leste foi finalmente interrompido perto do rio Hífase (Beas), quando o exército recusou-se a continuar a marcha até o Ganges. Ao invés de voltar ao Afeganistão, Alexandre desceu o rio Indo para subjugar os povos do sudoeste da Índia, o que só logrou após sangrentas batalhas.
- IV. Os dezoito últimos meses do reinado de Alexandre foram marcados por: (a) novos arranjos no exército, incluindo o aumento do uso de tropas iranianas e a dispersão dos veteranos macedônios, que reagiram com um motim (Opis, 324 a.C.); (b) o decreto dos Exilados, que infringiu a autonomia grega e provocou grandes problemas locais ao ordenar a repatriação de quase todos os gregos exilados; (c) a exigência de receber honras divinas, se este é mesmo um fato histórico; (d) a morte de Hefestion; (e) as preparações para uma campanha contra a Arábia. (BOWDER, 1982: 39-40).

AS CUNHAGENS

O homem durante a sua passagem pelo planeta desenvolveu diversas formas simbólicas, artísticas e linguísticas para se expressar. A impressão iconográfica das moedas, deixando-se de lado as inscrições revela figuras diversas: animais, vegetais, brasões, objetos, edifícios e emblemas mais ou menos estilizados. Geralmente, estas figuras referem-se ao local de cunhagem e a respectiva autoridade, designada de um modo claro para que os seus contemporâneos identificassem, por uma figura, uma atitude, ou atributos cujos significados hoje muitas vezes nos escapam.

Alexandre, durante as suas conquistas, lançou mão de uma grande quantidade de metais preciosos:

O rei fez cunhar moedas, destinadas especialmente a retribuir seus mercenários e pagar o provimento de seu exército. Houve assim, durante os anos que se seguiram à conquista, um considerável crescimento da massa monetária em circulação, cujo efeito teria sido o de diminuir o valor do ouro e da prata. Os reis persas cunhavam sobretudo moedas de

ouro, ocasionalmente de prata. Muito depressa, no entanto, o bimetalismo conservado por Alexandre cedeu ao monometalismo da prata, que era tradicional no mundo grego. O fato importante é que não somente o uso dessas moedas se espalhou às regiões que até então o haviam praticamente ignorado, mas que, além disso, seguindo o modelo de Alexandre, seus sucessores adotaram o padrão ático que se generalizou por quase toda parte, salvo em Rodes, fiel ao seu particularismo, e no Egito, onde os Lágidas escolheram depressa um padrão mais leve, talvez em razão de maiores dificuldades de conseguir o metal bruto (MOSSÉ, 2001: 152).

As moedas podem nos ajudar a compreender melhor o contexto que se encontrava a sociedade estudada. Segundo Marc Bloch, “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora de seu momento” (BLOCH, 2002: 60).

Chartier destaca a importância da interpretação dessa simbologia, chamada por ele de “signos do poder”.

Daí a necessidade de constituir séries homogêneas desses *signos do poder*: sejam as insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, cetros, vestes, selos, etc.), os monumentos que, ao identificarem o rei, identificam também o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores), ou os programas que têm por objetivo representar simbolicamente o poder do Estado, como os emblemas, as medalhas, os programas arquitetônicos, os grandes ciclos de pintura (CHARTIER, 1990: 220).

As cunhagens de Alexandre Magno se inserem no contexto do desconhecido; pouco ou quase nada foram estudadas no cenário nacional. São dracmas (moedas gregas utilizadas na época) de prata, pertencentes à coleção numismática do Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro. O acervo brasileiro contém aproximadamente 35 peças do imperador. O MHN possui o maior acervo numismático da América Latina.

As moedas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Um exemplo de descrição dessas peças que se tem é: “as moedas que ele mandou cunhar no ateliê de Alexandria, todas, as insígnias dessa ‘divinização’: os chifres de Amon, a égide e o diadema, com a efígie de Alexandre substituindo a de Hércules” (MOSSÉ, 2001: 177-178).

Dessa descrição podemos tirar três elementos: os chifres de

Amon, a égide e o diadema (tiara). O simbolismo dos chifres de Amon está “ligado a Apolo Carneios, a Dionísio. Foi usado por Alexandre, o Grande, que se apropriou do emblema de Amon, o carneiro, a que o Livro dos Mortos egípcio chama de Senhor dos Chifres” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009: 234).

A égide primeiramente “representa um símbolo de poder do soberano, e, depois, da proteção ou do patrocínio de um personagem importante. É uma arma psicológica, dissuasiva, cujo objetivo é o de inspirar o temor e incitar os mortais a não depositarem sua confiança senão naquele que a merece: o Deus todo-poderoso” (id.: 357).

O porte do diadema ou tiara tinha sido privilégio dos grandes reis persas: a tríplice coroa fechada simbolizava o número de seus reinos e a totalidade de seus poderes (id.: 883).

O poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta e da resistência, a não ser em suas manifestações mais restritas. O poder não é característico de uma classe ou de uma elite dominante, nem pode ser atribuído a uma delas. Para Foucault, o poder é uma estratégia atribuída às funções. O poder não se origina nem na política, nem na economia, e não é ali que se encontram suas bases. Ele existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos sociais. O poder não só reprime, mas também cria. Entre todos esses aspectos, o mais polêmico é a constatação de que o poder cria a verdade e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como uma função do poder (HUNT, 1995: 46).

Outro exemplo que podemos utilizar é a associação de Alexandre a Hércules em suas cunhagens monetárias. Nessas moedas Alexandre é representado usando um manto em forma de leão que lhe cobre a cabeça. A imagem de Hércules (Heracles) representa:

o mais popular dos heróis [...] Se considerarmos como de ordem psíquica e moral, por transposição, os obstáculos sobre os quais ele triunfou, Héracles seria o ‘representante idealizado da força combativa: o símbolo da vitória (e da dificuldade da vitória) da alma humana sobre suas fraquezas’ (DIES, 216). Héracles encarna o ideal viril helênico [...] algo que só pertence ao céu – não existe vivente ideal na face da terra (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009: 486).

Vale ressaltar que ao longo de sua história Alexandre sempre se coloca como descendente de Hércules, algo que seria para justificar sua divindade.

A forma do leão torna compreensível a autoridade e a força invencível

das inteligências santas, *este esforço soberano, veemente, indomável*, para imitar a majestade divina, assim como o segredo perfeitamente divino, concedido aos anjos, de envolver o mistério de Deus em uma obscuridade majestosa (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009: 538).

Além de serem fascinantes de estudar, colecionar moedas também exerce atração. O colecionismo, como é chamado, é muitas vezes um *hobby*, que consiste em organizar e agrupar objetos de determinada categoria.

Em várias épocas e sociedades, a simbologia como expressão da política se encontra presente. Não importa se utilizada na antiguidade ou nos tempos contemporâneos ela exerce um grande apelo, demonstrando e defendendo um ideal determinado.

Podemos verificar uma resistência tenaz das antigas formas de administração e de comunicação. Na própria Inglaterra do século XII, apesar dos progressos no domínio da leitura e da escrita, a palavra ouvida e o gesto visto permanecem como a expressão essencial do poder de comando e justiça (CHARTIER, 1990: 218).

Um exemplo contemporâneo que se pode utilizar é o da ascensão de Hitler na Alemanha:

O simbolismo e os rituais políticos nazistas – o ousado desenho da suástica, os uniformes e saudações adotadas dos fascistas, os desfiles copiados dos militares, as concentrações de massa tomadas do mundo dos esportes – tudo isso oferecia aos alemães de muitas origens um senso de unidade, ardor e propósito. Nenhum outro partido tinha esse apelo popular; cada um atraía apenas um setor da sociedade (DWORK; VAN PELT, 2004: 90).

Essa simbologia usada pelos nazistas pode ser considerada um dos fatores da popularidade do partido. Elementos dos povos germânicos, considerados por eles os grandes vencedores e herdeiros do Império Romano, estava presente no protocolo da Alemanha Nazista.

No Brasil, também temos exemplos de signos antigos usados em cunhagens, como no caso da moeda de mil reis do governo de Artur Bernardes: uma figura feminina com os seios à mostra (representando a república e a liberdade) com uma cornucópia na mão (simbolizando abundância). Esse tipo de marketing foi, é e sempre será utilizado pelas políticas governamentais como artifícios de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moeda mostra-se uma excelente fonte, pois, a partir de sua

análise encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade: aspectos políticos, estatais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos, estéticos. Podendo informar sobre os mais variados retrospectos de uma sociedade, ela testemunha determinadas relações culturais importantes para o historiador. Mas também não podemos esquecer que as amoedações, como documentos, não são reflexo de uma simples troca comercial ou aquecimento na economia. Elas identificam um outro acontecimento paralelo, uma materialidade constituída por camadas sedimentares de interpretações: “o documento é, assim, pensado arqueologicamente como monumento” (JENKINS, 2001: 11).

Em seu significado, as amoedações configuravam mensagens do emissor (imperador, rei, membros de sua família ou pessoas que circulavam próximas ao poder) para seus governados. Continham símbolos que deveriam ser entendidos ou decifrados pelo receptor. Como os símbolos urbanos, que representavam a cidade ou algum habitante importante, ou as insígnias dos imperadores romanos, presentes no Sacro Império Romano-Germânico, durante o governo de Frederico II (1194–1250).

A numismática ou ciência das medalhas e moedas tem merecido de todos os países uma proteção especial. Nas nações européias ela constitui a preocupação de muitos sábios. Raros ignoram a importância que se dá em França ao famoso *Cabinet des Médailles*, carinhosamente fundado por Luis XIV, e o valor extraordinário das coleções reais da Itália, que dão ensejo a publicações de inestimável preço (Discurso de Gustavo Barroso, em 15 de junho de 1929, in DUMANS, 1940: 216).

Não podemos esquecer que a numismática deve ser definida como uma disciplina científica, pois através dela podem ser estudados muitos aspectos de uma determinada sociedade (FRÈRE, 1984: 11).

AGRADECIMENTOS

Aos colegas da FURG, pela oportunidade de trocarmos ideias, a Pedro Paulo Funari, André Leonardo Chevitarese, Fábio Vergara Cerqueira, Ciro Flamarion Cardoso, Maria Beatriz Florenzano, Vera Lúcia Tostes, Rejane Vieira, Eliane Rose Nery.

A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS

- BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Grécia Antiga*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BLOCH, Raymond; COUSIN, Jean. *Roma e o seu destino*. Rio de Janeiro: Cosmos, 1964.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- CLAIN-STEFANELLI, Elvira E. *Numismatic Bibliography*. Monaco: Battenberg, 1984.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- DUMANS, Adolfo. *O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional; Imprensa Nacional, 1940. [Anais do Museu Histórico Nacional, 1].
- DWORK, Debórah; VAN PELT, Robert Jan. *Holocausto: uma história*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. “O outro lado da moeda” na Grécia Antiga. In: O OUTRO LADO DA MOEDA. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2001.
- FRÈRE, Hubert. *Numismática: uma introdução aos métodos e à classificação*. Tradução e adaptação: Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia clássica e numismática*. Campinas: UNICAMP/ IFHC, 2007. [Textos Didáticos, 62].
- GÖBL, Robert. *Antike Numismatik*. Fubnoten zum Gesamtwerk Literaturverzeichnis Stichwortregister Katalog Ta Feln and Tabellen. Band 2. München: Battenberg, 1978.
- GREIMAS, Algirdas J.; COURTÈS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- GRIERSON, Philip. *Bibliographie numismatique*. 2. ed. Bruxelles: CEN (Cercle d'études numismatiques), 1979 [Travaux, 9].
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margaret Rago. São Paulo: Contexto, 2001.
- JUNGE, Ewald. *The Seaby Coin Encyclopaedia*. London: British Library, 1994.
- MOSSÉ, Claude. *Alexandre, o Grande*. Tradução: Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- PLUTARCO. *Alexandre e Cesar – vidas comparadas*. Tradução de Helio Vega. São Paulo:

Escala, 2009.

RICE, E. E. *Alexandre, o Grande*. Tradução: Marcelo Mendes. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

SEABY, H. A. *Roman Silver Coins*. 2. ed. London: B. A. Seaby, 1978-1979.

TESOROS DEL GABINETE NUMISMÁTICO. Las 100 mejores piezas del monetario del Museo Arqueológico Nacional. Madrid: Ministério de Educación, Cultura y Deporte / Secretaria General Técnica, s/d.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo – história de uma civilização*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Íris Borges B. da Fonseca. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZAMA, Cesar. *Os três grandes capitães da antiguidade – Alexandre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.